

HABEAS CORPUS Nº 502.429 - SP (2019/0094980-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAIR RAMOS NETO (PRESO)
PACIENTE : HERBERT DOUGLAS DA SILVA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JAIR RAMOS NETO e HERBERT DOUGLAS DA SILVA RODRIGUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que os paciente foram condenados, em primeiro grau, às penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão (JAIR); e 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão (HERBERT); ambos em regime fechado, pela prática de delitos de roubo circunstanciado.

Em apelação da defesa, a pena de HERBERT foi reduzida para 6 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão.

No presente *writ*, a impetrante requer, em liminar e no mérito, a fixação do regime inicial semiaberto, tendo em vista o quantum de pena, a primariedade dos pacientes e a inexistência de circunstância judicial desfavorável.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

